

REFLEXÃO

**“OS PRIMEIROS A PARAR E OS ÚLTIMOS A VOLTAR”:
TRABALHADORES DA CULTURA NO BRASIL EM TEMPOS DE
COVID-19¹**

Lorena Avellar de Muniagurria
Universidade Estadual de Campinas
loreavellar@gmail.com

Resumo: Neste ensaio, discuto a situação vivida durante a pandemia causada pelo vírus COVID-19 por pessoas que trabalham na área da cultura no Brasil. Primeiramente, caracterizo o setor cultural mostrando sua participação na economia brasileira, bem como as desigualdades que historicamente constituem o setor. Veremos que, apesar de sua importância simbólica e econômica, trata-se de uma área profissional com altos índices de informalidade que, mesmo antes do COVID-19, enfrentava o aumento da precarização bem como um ambiente de crescente intolerância e censura. Na segunda parte do ensaio, trato do contexto da pandemia e suas consequências para os trabalhadores da cultura, que foram um dos primeiros grupos “a parar” e estão entre os últimos que poderão retomar suas atividades. Discuto como as ações emergenciais desenvolvidas até o momento, se bem importantes, não são suficientes para dar conta do problema e, em alguns casos, chegam inclusive a reforçar desigualdades preexistentes. Finalizo com uma breve reflexão sobre os futuros que se perfilam e a necessidade de desenvolvermos novas ferramentas de análise e observação que nos permitam pensar os modos de existência em cenários de precariedade e de “fim de mundo” como os que se apresentam hoje em dia.

Palavras-chave: políticas culturais, trabalhadores da cultura, Brasil, antropologia política, COVID-19

Abstract: In this essay, I discuss the experience of people working in the field of culture in Brazil during the pandemic caused by the COVID-19 virus. First, I characterize the cultural sector, showing its participation in the Brazilian economy, as well as the inequalities that historically constitute the sector. We will see that, despite its symbolic and economic importance, it is a professional area with high levels of informality that, even before COVID-19, faced increasing precariousness as well as an environment of growing intolerance and censorship. In the second part of the essay, I deal with the context of the pandemic and its consequences for cultural workers, who were one of the first groups “to stop” and are among the last to be able to resume their activities. I discuss how the emergency actions developed so far, although very important, are insufficient to deal with the problem and, in some cases, even reinforce pre-existing inequalities. I conclude with a brief reflection on the future that lies ahead and the need to develop new analyses and observational tools that allow us to think about the modes of existence in precarious and “end of the world” scenarios, such as those present today.

Keywords: Cultural Policies, Cultural Workers, Brazil, Political Anthropology, COVID-19

¹ Uma versão em espanhol deste ensaio foi publicado na *Revista Kera Yvoty*, no número especial sobre COVID-19, publicado em setembro de 2020. Agradeço às editoras da revista pela autorização para publicação desta versão ampliada e traduzida.

*Carimbó gostoso na beira da praia virou
perigoso, te quieta em casa.*

*Eu já tou quieto, todos os momentos só fica
faltando é os meus seiscentos [reais].*

*Legal! Manda logo
Não tem nada,
nem pra comprar álcool gel.*

Mestre Nelson Freitas

Carimbó da quarentena

14 de abril de 2020, Salinópolis/PA, Brasil

Progress felt great; there was always something better ahead. Progress gave us the “progressive” political causes with which I grew up. I hardly know how to think about justice without progress. The problem is that progress stopped making sense. More and more of us looked up one day and realized that the emperor had no clothes. It is in this dilemma that new tools for noticing seem so important. Indeed, life on earth seems at stake.

Anna Tsing

The Mushroom at the End of the World

INTRODUÇÃO

Os primeiros a parar e os últimos a voltar. Deparei-me com esse dizer já no início do isolamento social, estabelecido no Brasil em março de 2020. Logo, ele se transformou em um lema dos trabalhadores da cultura no país. Tal qual um slogan, a frase passou a acompanhar manifestos, cartas públicas e variadas campanhas de solidariedade, bem como campanhas por ações estatais de emergência que garantissem apoio à classe artística e cultural durante a profunda crise econômica que resultou da pandemia mundial. Nesta reflexão, proponho-me a discutir brevemente a situação vivida por pessoas que trabalham na área da cultural no Brasil. Inicialmente, caracterizo esse setor profissional, mostrando sua participação na economia brasileira, bem como as desigualdades que o constituem. Na sequência, trato de algumas ações emergenciais que surgiram, algumas de escala municipal ou estadual e uma, bastante significativa, de escala nacional: a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Finalizo com uma breve reflexão sobre os futuros que se desenham e a necessidade de desenvolvermos novas ferramentas de análise e de observação que nos permitam pensar os cenários apocalípticos ou de “fim de mundo” que temos enfrentado hoje em dia.

OS TRABALHADORES DO SETOR CULTURAL NO BRASIL

O setor cultural – as “indústrias culturais” ou a “economia criativa”, como também é concebido – é responsável por 2.62% do PIB brasileiro (FIRJAN, 2019, p. 4). Dados de 2018 mostram que ele correspondia a 5.7% do total de pessoas ocupadas no país – quer dizer, mais de 5,3 milhões de trabalhadores (IBGE, 2019, p. 125). Destes, 45.2% eram autônomos e se encontravam em situação de informalidade (IBGE, 2019, p. 136). Com a pandemia, portanto, estamos falando de pelo menos dois milhões e meio de pessoas que ficaram, do dia para a noite, com a suas rendas total ou significativamente comprometida – e isso assumindo que os trabalhadores formais mantiveram seus empregos e a integralidade de seus salários, o que sabemos não ser o caso. Espetáculos de música e teatro; exibições em salas de cinema, aulas de dança e de canto; oficinas e cursos das mais variadas linguagens; festas populares centenárias como o São João ou as celebrações para São Benedito – por citar apenas alguns exemplos entre tantos outros possíveis – foram todos cancelados. Como veremos, tudo isso tem um impacto econômico, mas implica também rupturas em modos de viver e de conviver que, para muitos dos trabalhadores da área, definem suas existências e identidades.

Tal como outros setores da economia brasileira, a cultura já enfrentava uma crise antes da pandemia. Em anos prévios, houve uma diminuição do total de postos de trabalho no setor cultural, em uma proporção que acompanhou o índice nacional de perdas de emprego – mantendo-se, portanto, a proporção de 5.7% do total de pessoas ocupadas no país. Este dado poderia dar a impressão de que a posição e condição do setor dentro da economia brasileira se manteve estável, contudo, um olhar mais atento revela que a precarização foi maior neste setor do que em outros. Entre trabalhadores da cultura, o aumento do trabalho informal e a diminuição de vagas formais foi maior do que na média nacional. Além disso, comparando o salário médio de trabalhadores da cultura com a média salarial nacional de todos os ocupados no país, houve uma perda salarial maior na área cultural (IBGE, 2019: 162). É importante pontuar, ainda, que a crise não era apenas econômica. Pelo menos desde 2016, quando do *impeachment* de Dilma Rousseff – um processo altamente politizado que, devido a uma série de irregularidades,

caracterizou um golpe parlamentar ou “branco”² –, o Brasil vive um contexto de crescente intolerância contra a diversidade cultural, com atos de censura a atividades culturais cada vez mais frequentes³, e de desmonte das políticas que haviam sido criadas para o setor nos anos prévios.

Como pesquisadora que atua no campo da cultura há dezessete anos, conheço um pouco da realidade “micro” que está por detrás dessas estatísticas: uma irmã pianista que agora tem de dar aulas via zoom para os poucos alunos que restaram; amigos fazendo vaquinhas para pagar o aluguel dos espaços em que desenvolvem suas atividades culturais, para pagar o aluguel ou contas pessoais básicas, ou mesmo para comprar cestas básicas para eles mesmo ou para conhecidos que estão passando necessidade. Artistas, produtores, fazedores de cultura têm dito de inventar novos “produtos” que possam ser desenvolvidos e compartilhados em um contexto de isolamento social e de recessão econômica. Sem negar os dramas de cada uma dessas situações, é evidente que há uma grande diferença entre as dificuldades de ter que migrar seu trabalho para um ambiente virtual, de ver sua renda diminuída, ou do não ter o que comer. Esta crise afeta a todos, por certo, mas o faz de maneiras e em graus desiguais, revelando desigualdades históricas e estruturais e, ao mesmo tempo, reforçando-as.⁴

De fato, as desigualdades que dividem a sociedade brasileira também estão presentes dentro do setor cultural. Há poucos anos, tive a ocasião de começar uma pesquisa no estado do Pará. Ao fazer etnografia junto a uma rede de *carimbozeiros* que lutam por ações de salvaguarda para o carimbó⁵, me aproximei do universo das culturas populares e de seus fazedores, visitando localidades no

² Para leituras sobre o golpe, ver: Freixo y Pinheiro-Machado (2019); e Kozicki & Chueiri (2019). Para uma descrição da mobilização na área da cultural durante o governo Temer, ver: Silva & Mello (2016) e as *Considerações finais* em Muniagurria (2018a).

³ Ver os seguintes números especiais de Políticas Culturais em Revista: Honorato & Kunsch (2018); Barros & Calabre (2019).

⁴ Acompanhando as históricas linhas de desigualdade colocadas no contexto brasileiro – que se estruturam principalmente segundo raça, classe, gênero e região territorial – os impactos econômicos, sociais e de saúde da presente pandemia são maiores nas regiões norte e nordeste do país, em periferias urbanas, em comunidades negras e indígenas (inclusive, com o risco real de extinção de etnias inteiras), entre mulheres (que são as principais responsáveis pelo cuidado de crianças, idosos e doentes e que agora estão ainda mais expostas à violência doméstica), e entre determinadas classes profissionais (trabalhadores de saúde, particularmente enfermeiras; empregadas domésticas; entregadores; entre outros). Para dados e reflexões sobre os impactos desiguais do COVID-19 no país, ver os *Boletins Especiais* de ANPOCS (2020).

⁵ *Carimbó* é uma manifestação popular e tradicional típica do estado do Pará. Misto de música, dança, canto e sociabilidade, foi reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro em 2014, no marco do *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* (MUNIAGURRIA, 2018b).

interior do norte do país.⁶ Anteriormente, eu havia trabalhado no sul e no sudeste brasileiro, que todos sabemos serem regiões historicamente mais favorecidas. Além disso, eu investigava circuitos de produção cultural ligados às artes visuais, arte contemporânea e artes performáticas contemporâneas, todas manifestações longamente reconhecidas e estabelecidas como “arte”, merecedoras de amplo reconhecimento social e de significativos investimentos públicos e privados. Foi então a partir do meu encontro com o *carimbó* que pude experimentar uma faceta da cultura brasileira que, até então, só conhecia em teoria. E pude constatar, na prática, que a enorme e rica diversidade cultural brasileira existe no marco de uma desigualdade social extrema.⁷ No “micro”, a pandemia corroborou o que as estatísticas nos ensinam há tempos: de todos os meus amigos na área da cultura, aqueles em situações mais precárias, que mais perderam amigos e familiares para o vírus, são aqueles no norte do país e os que trabalham com culturas populares.

AÇÕES EMERGENCIAIS PARA TRABALHADORES DA CULTURA

Sendo um setor altamente informal e que presta serviços considerados “não essenciais” – e que, além disso, costuma implicar a reunião de pessoas em um mesmo espaço físico – o setor cultural foi duramente atingido pela pandemia. Mesmo profissionais com alto grau de escolarização e que tinham, até poucos meses, rendas superiores à média nacional, se encontram hoje desempregados ou com suas entradas fortemente comprometidas – eles fazem parte dos “novos vulneráveis”, tal como caracterizado por pesquisadores do *Centro de Estudos da Metrópole da USP*.⁸ Os critérios do auxílio financeiro de emergência para trabalhadores informais de baixa renda – os R\$600 reais mencionados no *carimbó* que abre esta apresentação

⁶ Trata-se de uma pesquisa de pós-doutorado sobre as relações entre música, políticas de patrimônio e ativismo cultural, desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP. A escrita deste ensaio, como parte desse trabalho, contou com financiamento dessa agência por meio de duas bolsas (processos Fapesp 17/20126-0; 19/04064-0).

⁷ Apesar de ter um IDH relativamente alto (0,761), o Brasil está entre os países com maior concentração de renda no mundo. De acordo com o relatório do PNUD, em 2017, éramos o sétimo país mais desigual no planeta (2019).

⁸ Pesquisas do *Centro de Estudos da Metrópole/USP* indicam que a pandemia mundial está criando um novo grupo de vulneráveis no Brasil: pessoas brancas, com alto grau de instrução formal, que trabalham em áreas de serviços não essenciais (CEM: 2020).

– excluíram muitos dos trabalhadores da cultura que, mesmo não dando conta das exigências, encontram-se em situação precária.⁹

Com a finalidade de amenizar os efeitos da crise, alguns governos municipais e estaduais, e também instituições privadas, criaram editais emergenciais para projetos culturais – em geral, para produções que pudessem ser apresentadas e compartilhadas via internet –, oferecendo pagamentos variados. Se é verdade que essas iniciativas foram fundamentais e devem ser apoiadas e estimuladas, é necessário reconhecer que seu alcance é bastante restrito e não têm o poder de solucionar o problema colocado. Soma-se ainda o fato de que esses formatos excluem linguagens que não podem ser produzidas ou compartilhadas virtualmente. Música, audiovisual e algumas artes performáticas conseguem se adaptar, mas como poderia, por exemplo, o artesanato se beneficiar desses editais? Outro aspecto grave é que essas ações reforçam desigualdades preexistentes, privilegiando aqueles com acesso à internet, com equipamentos, softwares e conhecimento técnico necessário para fazer uma produção que, ao fim e ao cabo, é de caráter audiovisual, etc. Houve ainda críticas em relação às seleções realizadas, muitas vezes com ataques pessoais contra artistas escolhidos. O caso envolvendo as críticas ao Itaú Cultural e à Zélia Duncan, por ela ter se inscrito e ter sido selecionada no edital emergencial dessa instituição, ficou nacionalmente conhecido, merecendo inclusive resposta por parte da artista. Vi casos equivalentes acontecerem em editais de esferas estaduais ou locais – no Pará, por exemplo. Dentre as várias reações e apreciações a esses episódios, surgiu a impressão de que “as pessoas estão se matando por migalhas”, brigando entre si, quando deveriam estar investindo em uma luta coletiva por ações mais amplas e efetivas.

Uma grande novidade, que se colocou como esperança e agora começa a se concretizar, é a Lei Emergencial de Cultura Aldir Blanc, que surpreendentemente não apenas foi aprovada nas duas casas do congresso nacional, como foi sancionada e finalmente regulamentada pela Presidência da República, e que investirá na área

⁹ Para informações sobre o Auxílio, ver <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>. Uma excelente fonte sobre os efeitos da pandemia na área da cultura é a pesquisa “Impactos do COVID-19 na economia criativa”, conduzida pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia, da UFRB. Eles têm lançado regularmente boletins com resultados parciais, que podem ser consultados no site do projeto: <https://ufrb.edu.br/proext/economiacriativa-covid19/>

cultural o significativo montante de três bilhões de reais, prevendo auxílios pessoais, auxílios a espaços culturais e recurso para promoção de editais. O nome da lei é uma homenagem ao músico e compositor Aldir Blanc, falecido em maio deste ano, vítima da COVID-19¹⁰. Esta lei é significativa e é um elemento que traz alento em meio do cenário apocalíptico que descrevo. O próprio processo pelo qual ela foi construída e aprovada foi muito rico e, porque não dizer, bonito: ela é resultado de uma grande articulação em nível nacional, que utilizou e reativou redes de militância na área cultural que, nos últimos anos, pareciam um pouco adormecidas¹¹. Foi uma articulação feita a partir de municípios e estados, tanto por organizações da sociedade civil como por fóruns de deputados e de secretários de cultura, e conseguiu uma vitória que, dado o presente contexto político, não é pequena. Sua implementação, que já começou, com repasses já acontecendo desde início de setembro, é um marco não apenas de respostas à crise econômica e sanitária, mas na própria história da política nacional de cultura, pois finalmente a transferência de recursos “fundo a fundo”, do Fundo Nacional de Cultura para fundos estaduais e municipais, passa a ser uma realidade.¹² Para muitos militantes e gestores da área, esses repasses, e a reativação de conselhos e fundos de cultura municipais e estaduais Brasil afora, significa a implementação efetiva do Sistema Nacional de Cultura: ironicamente, em meio a tamanha tragédia e crise econômica e financeira, o tão sonhado sistema de gestão nacional para a área cultural passaria a ser uma realidade.¹³

¹⁰ Ver informações sobre o auxílio na página do Senado e do Ministério do Turismo, respectivamente: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/04/senado-aprova-auxilio-financeiro-para-a-cultura-durante-pandemia-texto-vai-a-sancao> e <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal>

¹¹ Em trabalho anterior, analiso a construção de algumas dessas redes (MUNIAGURRIA, 2018a).

¹² Após um período de demora na regulamentação federal da lei (OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE, 2020), os repasses iniciaram em setembro de 2020. É difícil avaliar os tempos de aprovação e regulamentação da Lei Aldir Blanc. Se, por um lado, ela foi lenta, tendo em vista o caráter emergencial de sua finalidade, por outro, é surpreendente que em contexto tão adverso à cultura esteja sendo implementado um projeto dessa escala e absolutamente sem precedentes na área. Vale a pena conferir o 5º Boletim da Pesquisa Impactos da COVID-19 na Economia Criativa, Edição Especial Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA BAHIA, 2020)

¹³ Para informações sobre o Sistema Nacional de Cultura, ver: Silva & Abreu (2011); Varella (2014); e Muniagurria (2018a).

NOTAS FINAIS

Não há espaço aqui para relatar a desastrosa ação do governo federal em relação à grave situação que vivemos hoje, nem os números da COVID no país. Governos municipais e estaduais tomaram a dianteira do controle e manejo da pandemia, com maior ou menor sucesso em cada caso, mas sem conseguir evitar que o Brasil seja já o segundo país em número de mortes – e isso sem considerar a enorme subnotificação e o fato das contaminações terem estabilizados em uma média alta, conformando o que têm se conhecido como um platô (em referência a um pico que se mantém).¹⁴

Crise econômica, autoritarismo, ataque às artes e às universidades, Covid... creio que todos já devemos ter nos referido a este contexto usando a imagem do “fim de mundo”. Em verdade, para muitos, o “mundo” já vinha se desfazendo há alguns anos no país. Com o quadro de crise e desmonte das políticas sociais e culturais, muitas pesquisas como a minha (sobre políticas culturais) se transformaram em etnografias do fim de políticas específicas, e creio eu que também etnografias do fim de um determinado tipo de Estado. Contudo, são também pesquisas sobre o que as pessoas fazem com situações como essas e sobre o que é criado nesse processo.

Em um livro que tem sido inspiração fundamental para pensar esse tipo de cenário, Anna Tsing (2015) discorre sobre as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo. Já há alguns anos, a ideia de fim de mundo ronda as ciências sociais. Temos os trabalhos de Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014), de David Kopenawa e Bruce Albert (2015), de Isabelle Stengers (2015) e de Ailton Krenak (2019) que fazem referência ao fim do mundo, a uma era de catástrofes, à queda do céu. Tsing nos faz confrontar o fato de que quando um mundo termina, a vida neste planeta não desaparece; seguimos vivendo, nas ruínas de um mundo que foi e que não é mais. Sem cair em romantizações nem minimizar a precariedade das situações vividas – inclusive porque ela considera a precariedade e a ausência de estabilidade características sistêmicas e definidoras da contemporaneidade – a autora nos ajuda a olhar para o que sobrevive e, talvez, inclusive para o que pode

¹⁴ Para além da ampla cobertura nacional e internacional sobre a situação no país, é possível encontrar informações sobre o estado da pandemia nos já referidos boletins da ANPOCS (2020).

florescer em um terreno de ruínas. É o caso dos cogumelos tema de seu livro, que só florescem em terras degradadas de áreas pós-industriais hoje abandonadas.¹⁵

Gostaria assim de finalizar com uma reflexão sobre os futuros e os horizontes de expectativas (KOSELLECK, 2006) que se desenham e a necessidade de desenvolvermos novas ferramentas de análise e observação que nos permitam pensar os cenários apocalípticos que se apresentam hoje em dia. Concordo com a sugestão de Tsing de que, se seguirmos pautados por narrativas que leem o mundo em uma chave exclusivamente de progresso vs. fracasso, que delineiam futuros únicos, não seremos capazes de perceber a vida que existe em situações tão precárias, porque essas novas configurações de vida são evasivas – tal qual os cogumelos, difíceis de serem percebidos sob a folhagem que cobre o solo das florestas de pinus. Sem “novas ferramentas para perceber [*noticing*]” a vida hoje existente, seus modos de existência e de sobrevivência tornam-se pontos cegos.

Foi no presente contexto de desastre que as redes de articulação e de militância na área, que estavam como que abobalhadas de tantos baques que levaram nos últimos anos, conseguiram produzir um movimento de inúmeras conferências virtuais de cultura para discutir a lei Aldir Blanc. Ao que tudo indica, é neste contexto de desastre que a cultura brasileira conseguirá implementar em um curto período de tempo um orçamento de três bilhões de reais. No Brasil, os artistas não pararam de produzir; ao contrário, o número de *lives*, de *singles* estreados, de *blogs*, contos, *podcasts*, curtas e projetos fotográficos e de audiovisual publicados nos últimos meses têm feito parte do dia a dia da população brasileira. Esse trabalho – em grande parte, não remunerado – está ajudando muitos a sobreviver à solidão e às preocupações trazidas pela pandemia. A música *Carimbó da quarentena*, cuja letra abre este ensaio, é um exemplo. Nela, Mestre Nelson, integrante do grupo de *Carimbó Opopular* de Salinópolis/PA, ofereceu um pouco de alegria e distração a quem estava em casa. Ele conseguiu sintetizar em poucas palavras o drama que a

¹⁵ Tsing constrói uma sugestiva imagem, que corresponde tanto a um objeto de estudo concreto quanto a uma metáfora: um cogumelo consumido como iguaria no Japão e que hoje é encontrado nas raízes de florestas de *pinus* que crescem em terras degradadas de áreas industriais abandonadas no Canadá e Estados Unidos. Para chegar até o mercado de luxo japonês, os cogumelos passam primeiro por redes que incluem coletores (frequentemente, imigrantes não-documentados trabalhando informalmente) e toda uma rede de intermediários. Etnografando as redes conectadas por essa espécie, a autora aponta para um circuito mundial que articula meio-ambiente, trabalho, imigração e economia, ao mesmo tempo em que constrói a imagem de vidas possíveis em meio às ruínas do capitalismo.

cultura vive neste momento: há a dificuldade financeira, mas há também a impossibilidade de promover encontros e atividades que, para muitos, são definidores de sua identidade e existência. O carimbó gostoso, dançado à beira da praia, como é costume em Salinópolis, ficou perigoso; melhor se aquietar em casa, reinventar o carimbó e nossa maneira de fazer e compartilhar cultura. E tomara que os 600 reais cheguem rápido!

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPOCS. *Boletins Especiais – Cientistas Sociais e o Coronavírus*, 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais>

BARROS, José Márcio; CALABRE, Lia (ed.). Dossiê: Políticas culturais e democracia. *Políticas Culturais em Revista*, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais>

CEM. Covid-19: *Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. Rede de Pesquisa Solidária - Boletim No. 3*. São Paulo: CEM, 2020. Disponível em: http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/Boletim_3_Covid19_NT2v3.pdf

HONORATO, Cayo; KUNSCH, Graziela (ed.). Dossiê: Censura e políticas culturais. *Políticas Culturais em Revista*, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/1586>

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro, Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

FIRJAN. *Mapeamento da indústria criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: FIRJAN; SENAI, 2019.

FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (ed.). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização*, p. 9-24 Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (série Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica, nº 42).

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOZICKI, Katya; CHUEIRI, Vera Karam. Impeachment: a arma nuclear constitucional. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n.108, p. 157-176, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-157176/108>

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNIAGURRIA, Lorena A. *Políticas da cultura: trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2018.

_____. O fazer musical do carimbó de Santarém Novo: música, política e a construção de um patrimônio cultural brasileiro. *Patrimônio e memória*. (UNESP), v. 14, p. 240-55, 2018.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE. Entre a emergência e o Estado: As dificuldades para o apoio emergencial às artes e comunidades tradicionais. A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc: regulamentação demorada e truncada, precariedade de cadastros e informações em todo o país colocam em risco a efetividade da lei de apoio emergencial. Artigo publicado em 24 de agosto de 2020. Disponível em: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/noticias/lei-aldir-blanc-dificuldades/>

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA. Bahia Pesquisa Impactos da COVID-19 na Economia Criativa. *Boletim Resultados Preliminares 5 - Edição Especial Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc*, 2020. Disponível em: https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa_covid19/Boletim_Resultados_Preliminares_5_Edi%C3%A7%C3%A3o_Especial_Lei_Aldir_Blanc_3.pdf

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Nueva York: PNUD, 2019.

SILVA, Paula Gonçalves; MELLO, Sérgio Carvalho Benício. Ministério da Cultura ou Ministério da Educação. Qual o papel do Estado na cultura? *Política Cultural em Revista Salvador*, v. 9, n. 1, p. 57-73, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16723>

SILVA, F. B; Abreu; L. E. (orgs.) *As políticas culturais e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: IPEA, 2011.

STENGERS, Isabelle. *No Tempo das Catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, Anna. *The Mushroom at the End of the World*. Princeton y Oxford: Princeton University Press, 2015.

VARELLA, Guilherme. *Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

LORENA AVELLAR DE MUNIAGURRIA é Doutora em Antropologia Social pela USP e Professora no PPGM do Instituto de Artes da UNICAMP. Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado e bolsista Fapesp junto ao Projeto Temático “O Musicar Local: novas trilhas para a etnomusicologia”, onde desenvolve a investigação “O fazer musical do carimbó paraense: música, política e construção de um patrimônio cultural brasileiro.” Integra também o “Coletivo ASA – artes, saberes e antropologia” do Departamento de Antropologia da USP, e já foi pesquisadora visitante junto ao Graduate Center da

CUNY e do Lemann Center for Brazilian Studies da UIUC. É autora do livro *Políticas da cultura: trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional*, baseado em trabalho que foi indicado ao Prêmio Capes de Teses 2017. Atua nas áreas de Antropologia da arte e Antropologia da política, tendo experiência nos seguintes temas: políticas culturais, patrimônio, diversidade cultural e cidadania, participação social e ativismo.